



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015

(Do Sr. RICARDO BARROS)

Solicita ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício, o saldo o total existente nessas contas, no último dia de cada mês, e o quantitativo de beneficiários que se encontram na Regra de Permanência.

Senhor Presidente,

Considerando que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2016, e com fundamento no inciso II do art. 3º da Resolução nº 1/2006-CN, solicito a Vossa Excelência que sejam requeridas ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, a fim de subsidiar a análise do referido Projeto de Lei, as seguintes informações, relativas ao exercício de 2014 e ao primeiro semestre de 2015:

- a) o quantitativo mensal de beneficiários do Bolsa-Família que não efetuaram o respectivo saque do benefício;
- b) o saldo total existente, no último dia de cada mês, das contas onde o saque do benefício não ocorreu;
- c) o quantitativo mensal de beneficiários que se encontram na Regra de Permanência, prevista na Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

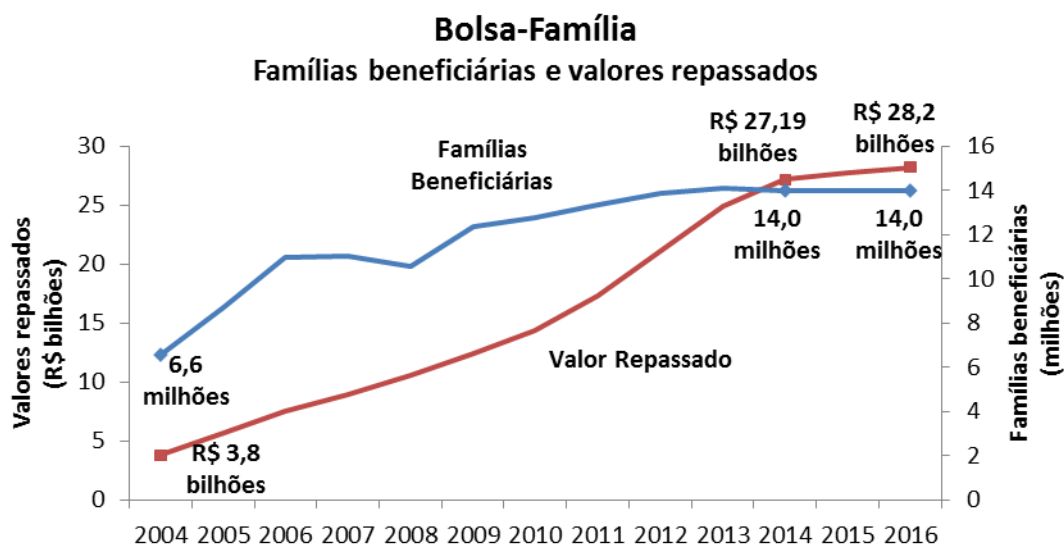
A previsão de gastos como o Bolsa-Família para 2016 atinge a cifra de R\$ 28 bilhões. Sem dúvida, ele é um dos principais programas do governo, cujas despesas tem aumentado ao longo dos anos, inclusive se



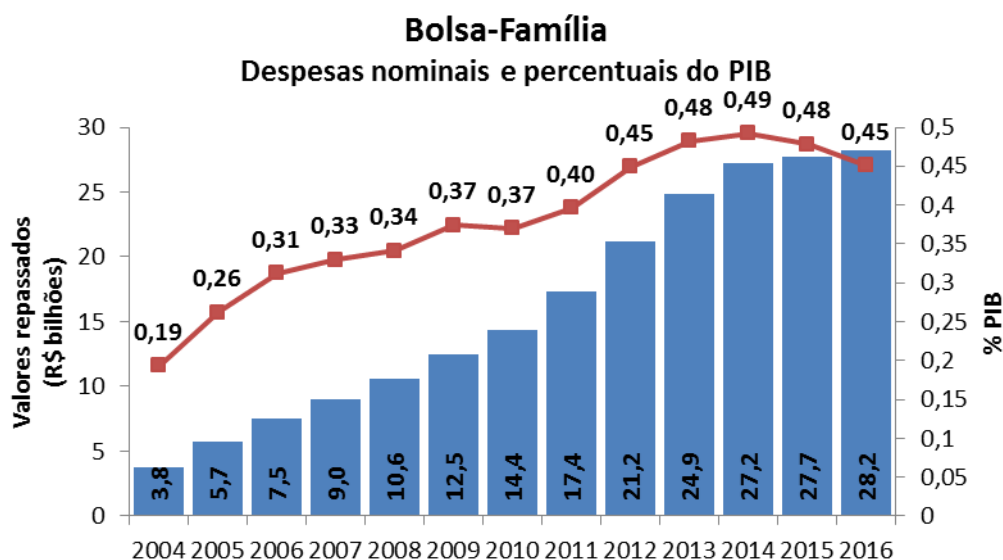
CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

comparados com o PIB. Esse comportamento está mostrado nos gráficos a seguir.



Fonte: MDS (<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>, acesso em 19/10/2015). Em 2015, foi considerado a despesa autorizada e o PIB projetado para o final do exercício no relatório de avaliação do 4º bimestre da STN.



Fonte: MDS (<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php>, acesso em 19/10/2015). Em 2015, foi considerado a despesa autorizada e o PIB projetado para o final do exercício no relatório de avaliação do 4º bimestre da STN.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Diante disso e em razão da necessidade de ajustes nas contas públicas em face do desequilíbrio entre receitas e despesas, consideramos que as informações solicitadas são imprescindíveis para embasar as decisões tomadas no âmbito da discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual para 2016.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado RICARDO BARROS

Relator Geral do Projeto de Lei nº 7/2015-CN